

Parecer nº 211/99

Data: 1999.12.15

Processo nº 777

Requerente: Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera.

1. Por pedido da Câmara Municipal de Castanheira de Pera (ofício nº 2468 de 1999/11/18), o seu Presidente solicita a emissão de parecer, de acordo com documento articulado anexo.
2. Essencialmente, o pedido refere-se à pretensão formulada pela Escola de Condução Castanheirense, Lda, para a passagem de certidão da acta de reunião da mesma “Câmara ocorrida em 30 de Julho de 1999”, de que o solicitante juntou cópia.
3. O Presidente da Câmara citada levanta, contra a possibilidade de acesso, algumas objecções, a saber:
 - a) A existência na acta de “algumas deliberações e informações que não dizem directamente respeito à requerente e que até lhe são completamente alheias”;
 - b) Dúvida acerca da requerente, como entidade colectiva, ter legitimidade para requerer a passagem de certidão, face ao descrito em a);
 - c) Por existência na acta em causa, afirma-se, constarem “...dados relativos à vida interna de algumas empresas e organizações similares, nomeadamente no ponto décimo da parte relativa a requerimentos e nos pontos primeiro e terceiro das deliberações tomadas por unanimidade”;
 - d) Coloca-se a dúvida sobre o acesso a estas informações por referencia, nomeadamente, ao nº 1 do artigo 10º da Lei nº 65/93, com as alterações sobre a mesma Lei”;

e) Por na referida acta existirem “deliberações que contém dados pessoais de terceiros, nomeadamente à sua identificação e aspectos referentes à sua vida privada”.

4. À CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos - compete decidir, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1, do artigo 20º, da LADA, na sua versão actualizada, considerando ainda a alínea a) do artigo 2º, do seu Regulamento Interno.
5. Apreciando, desde logo se deve esclarecer que não tem qualquer relevância a condição de pessoa colectiva para aceder a um qualquer elemento que seja também acedível a pessoa singular porque, em tal situação, bastaria um qualquer elemento da pessoa colectiva, por si e para si, solicitar o que entendesse, na permissão da lei.

É o que acontece. De facto, nos termos do nº 1, do artigo 7º, da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, considerando qualquer das alterações de que beneficiou, esclarece que “todos têm direito à informação mediante o acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo”.

6. Da referência ao preceito citado não se obtém que “todos” exclua as pessoas colectivas, aliás importantes elementos da sociedade que, na individualização dos seus elementos ou em nome do colectivo, têm direito a acesso semelhante.
7. Ao acesso posto em causa não se pode opor o facto dos elementos contidos na acta da reunião da Câmara, citada, não dizerem directamente respeito ao solicitante ou, mesmo, lhe serem alheios. A documentos administrativos todos podem ter acesso, até em tais circunstâncias, mesmo que se pretenda apenas satisfazer uma simples curiosidade.
8. Continuando, nenhum dos argumentos apresentados para eventual recusa se apresenta válido, pois que da observação da cópia da acta em causa não

sobressaem, de qualquer uma das posições tomadas, referências que aludam à vida interna de empresas, particularmente, no “ponto décimo”, citado, que apenas indica o nome de uma empresa e o que é requerido.

Efectivamente não são evidenciados aspectos de planos ou projectos, modos, ou perspectivas da sua actividade, apenas se indicando o nome da empresa e a pretensão de aprovação de um projecto de arquitectura, sobre o qual nada mais é possível vislumbrar.

O mesmo sucede quanto às deliberações, “primeira” e “terceira”, designadas, onde nada consta que faça referências a aspectos da vida interna de empresas: num caso porque os valores citados não se traduzem em medidas ou processos que demonstrem uma qualquer forma que deva ser preservada de conhecimento; no outro caso porque, tratando-se de um subsídio atribuído pela Câmara, a divulgação corresponde mesmo a cumprimento de disposição legal, nomeadamente a partir de determinados valores.

9. Pelo já exposto, entende-se que não subsiste qualquer dúvida razoável que justifique a invocação do nº 1 do artigo 10º da LADA por em circunstância alguma se apresentar a hipótese de existência de “segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas”, mencionados na acta em questão.
10. Igual referência tem de fazer-se quanto à dúvida sobre eventual existência de dados pessoais de terceiros, já que estes só se entendem no âmbito do disposto nas alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 4º da LADA. Como é do entendimento da CADA, com base em vários pareceres já produzidos, a identificação das pessoas singulares e colectivas não se constituem em documentos nominativos ou de dados pessoais, sendo certo que em todas as circunstâncias referenciadas, na acta em causa, não se encontram elementos desta natureza nem mesmo, pelo referido, que digam respeito à vida interna de pessoas colectivas.

Termos em que se conclui que, quanto ao parecer solicitado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera não subsistem, quanto às dúvidas postas, elementos que impeçam o acesso por certidão (ou outra forma qualquer) à acta da reunião daquela Câmara, ocorrida em 30 de Julho de 1999, pela ausência de dados que obstem ao seu conhecimento, nos termos expostos.

De facto, tal acta, nos termos da sua redacção tem a natureza de documento administrativo, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 4º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, como tal acessível a qualquer pessoa, de acordo com o nº 1 do artigo 7º, por qualquer uma das formas previstas no artigo 12º da Lei citada.

Assim, a CADA, no uso da sua competência, delibera emitir parecer favorável ao pretendido acesso documental nos termos solicitados pelo requerente.

Comunique-se às entidades em causa.

Lisboa, 15 de Dezembro de 1999.

Francisco de Brito (Relator) – Silva Marques – Vasco Almeida – Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)